



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas "terras comunitárias". Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

Movimentos de expansão do agronegócio e a gestão das terras comunitárias no norte de Moçambique

Autoria: Vanessa Parreira Perin (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

A partir de um processo de construção do Estado nacional bastante particular, Moçambique mantém ainda hoje a propriedade estatal das terras, concedendo direitos de ocupação tradicional às inúmeras comunidades camponesas do país. Conforme o relatório de 2009 do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) da ONU sobre "boas práticas de cartografia participativa", tal país africano se destaca por criar "entornos favoráveis" para o desenvolvimento destas práticas, pois através de seus instrumentos jurídico tem permitido que as cartografias participativas influenciem nas decisões relacionadas ao uso das terras. Segundo a agência, Moçambique seria o único país do mundo com uma "cartografia participativa institucionalizada". Considerando este contexto proponho discutir algumas dinâmicas atuais de ocupação e expropriação de terras na região norte deste país. Conhecida como Corredor de Nacala, tal região tem passado por intensas transformações, para que seja criado um "ambiente de negócios" favorável à produção e exportação de commodities agrícolas e de minérios. Localizado em um mesmo paralelo cartográfico que o Cerrado brasileiro, o corredor foi muitas vezes descrito como mais um local de expansão da "fronteira agrícola" do agronegócio, assim como tem sido alvo da estratégia de promoção de corredores logísticos de exportação capitaneada por empresas como a Vale e sua acionista Mitsui (a semelhança do que ocorreu em Carajás). Assim, tendo em vista as especificidades da legislação Moçambicana, busco discutir a partir de meu material de campo realizado no Corredor de Nacala, os efeitos gerados pela chegada de megaempreendimentos agrícolas que carregam um discurso de replicação do "sucesso do Cerrado" na Savana moçambicana e da mineração realizada pela Vale nesta região para os mecanismos de mapeamento, delimitação e certificação de terras comunitárias.



Reunião Brasileira de Antropologia

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: